



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto Lei nº 203/2011

Altera o art. 6º da Lei nº 8.246, de 13 de janeiro de 1986.

Art. 1º Fica alterado o art. 6º da Lei nº 8.246, de 13 de janeiro de 1986, que autorizou o Poder Executivo a conceder pensão aos portadores de hanseníase definitivamente incapacitados, passando a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 6º A pensão será cancelada quando o beneficiário:

I – mudar seu domicílio para outro Estado;

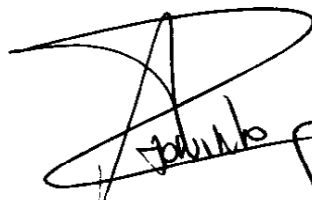
II – deixar de comparecer ao Serviço de Dermatologia para controle de tratamento durante doze meses, conforme Normas de Controle da Divisão Nacional de Dermatologia Sanitária do Ministério da Saúde;


III – quando receber alta clínica, salvo se persistir a incapacidade laborativa e/ou idade avançada.

Parágrafo único. Quando o pensionista for asilado definitivamente em nosocômio oficial, o benefício será reduzido a um terço do valor.”

Art.2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 17 de setembro de 2013.


João Paulo
Caita
Quintana


Presidente Tison Enry


Relator
MARA LIMA



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto Lei nº 604/2011

Declara de Utilidade Pública a Associação Pró Obras Sociais do Santuário Estadual Nossa Senhora do Rocio, com sede e foro no Município de Paranaguá.

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Pró Obras Sociais do Santuário Estadual Nossa Senhora do Rocio, com sede e foro no Município de Paranaguá.

Art.2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 17 de setembro de 2013.

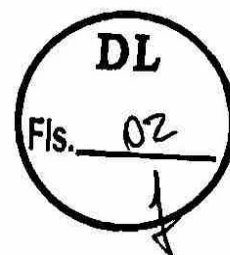
Aníbal Khury
Presidente

Pastor Edison
Presidente

Mara Lima
Relator

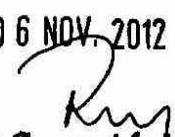


Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



PROJETO DE LEI Nº 555 / 2012

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 06 NOV. 2012

1º Secretário

Súmula: Declara de Utilidade Pública a
Federação de Futevôlei do Estado do
Paraná.

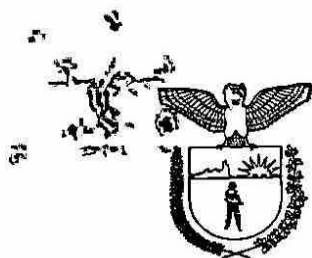
Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a **Federação de Futevôlei do Estado do Paraná**, com sede e foro no Município de Cascavel.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 06 de novembro de 2012


ADELINO RIBEIRO
DEPUTADO ESTADUAL


ANDRE BUENO
DEPUTADO ESTADUAL



JUSTIFICATIVA

A **Federação de Futevôlei do Estado do Paraná** é uma associação civil de direito privado, de caráter exclusivamente desportivo, sem fins lucrativos, com personalidade jurídica e patrimônio próprio de fato, sem cunho político ou partidário, com sede e foro no município de Cascavel.

A Entidade tem por objetivo desenvolver, orientar e difundir no Estado do Paraná a prática do Futevôlei, pugnando pelo progresso de suas filiadas com vistas a melhoria da qualidade da prática desportiva, representar oficialmente o Futevôlei Paranaense na sua jurisdição, regulamentar e dirigir os campeonatos estaduais, regionais e nacionais mediante autorização da Confederação.

Visando estes objetivos a **Federação de Futevôlei do Estado do Paraná** zela pela organização, harmonia e disciplina do Futevôlei em todo o Estado do Paraná, promovendo a realização de cursos técnicos de Futevôlei.

Diante do exposto, solicito o apoio dos nobres Pares desta augusta Casa de Leis, para a aprovação do projeto de lei que declara de utilidade pública a **Federação de Futevôlei do Estado do Paraná**, no Município de Cascavel.

Sala das Sessões, 06 de novembro de 2012


ADELINO RIBEIRO
DEPUTADO ESTADUAL


ANDRE BUENO
DEPUTADO ESTADUAL



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 555/2012

Projeto de Lei nº. 555/2012
Autores: Deputados Adelino Ribeiro e André Bueno

Súmula: Declara de Utilidade Pública a
FEDERAÇÃO DE FUTEVÔLEI DO ESTADO DO
PARANÁ.

EMENTA: DECLARAÇÃO UTILIDADE PÚBLICA
- LEI Nº 16.888/2011 - REQUISITOS
PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria dos Deputados Adelino Ribeiro e André Bueno, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública Estadual a **FEDERAÇÃO DE FUTEVÔLEI DO ESTADO DO PARANÁ-FFVEP**, com sede e foro no Município de Cascavel, Estado do Paraná.

FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições que disponham sobre:

g) declaração de utilidade pública de entidades civis.

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 16.888/2011, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Os principais requisitos foram devidamente preenchidos, quais sejam:

- a natureza de associação ou fundação sem fins lucrativos;
- a finalidade;
- a não remuneração de seus membros;
- a destinação do patrimônio em caso de dissolução a uma entidade congênere.

A natureza da presente instituição é de Associação Privada sem fins lucrativos, tendo como finalidade o Esporte, de acordo com o estatuto da entidade, cumprindo assim com os requisitos exigidos pelo artigo 1º, I e II, da Lei 16.888/2011, senão vejamos:

Art. 1º A declaração de utilidade pública somente será reconhecida por meio de lei, desde que atendidos os seguintes requisitos:

I – pessoa jurídica de direito privado na forma de associação ou fundação, constituída no Paraná ou que



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

no âmbito do Estado exerçam suas atividades através de representações com sede no Estado;

II – que possua personalidade jurídica, nos termos do Código Civil Brasileiro, há mais de (1) um ano e que seus atos constitutivos demonstrem as áreas de atuação, sendo da assistência social, da educação, da pesquisa, da cultura, do esporte ou do meio ambiente.

Quanto a não remuneração de seus dirigentes e a destinação do patrimônio, também encontram-se devidamente reguladas pelo presente estatuto.

Cumprе ressaltar também que todos os demais documentos exigidos foram anexados ao presente projeto de lei.

CONCLUSÃO

Assim, somos de parecer **FAVORÁVEL** à normal tramitação do projeto de lei em análise.

Sala das Comissões, 13 de agosto de 2013.

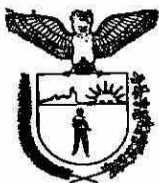
DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE *Carla*

DEPUTADO FERNANDO SGANAVAGA
RELATOR

Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

~~APROVADO~~

13108113



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 25 MAR. 2013
Ruy
1º Secretário

PROJETO DE LEI Nº 94/2013

Inserir no Calendário Oficial de Eventos do Estado do Paraná a Festa das Nações, realizada anualmente dia 11 de outubro, no município de Cambé.

Art. 1º - Fica inserida no Calendário Oficial de Eventos do Estado do Paraná a Festa das Nações, realizada anualmente dia 11 de outubro, no Município de Cambé, Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 25 de março de 2013.

Gilberto Martin
GILBERTO MARTIN
Deputado Estadual



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



JUSTIFICATIVA:

A Festa das Nações já em sua 15ª edição tornou-se ao longo dos anos um dos principais eventos de Cambé.

O evento cultural e gastronômico resgata as tradições e respeito às etnias que colonizaram a cidade de Cambé, valorizando o resgate, a preservação e a divulgação da história e da cultura do município.

○ A festa tem muitas nacionalidades. Brasil, Alemanha, Eslováquia, Espanha, Portugal e Japão sendo representados através da sua culinária, artesanato, dança e música, danças, artesanato e comida tradicionais de cada país.

A confraternização já faz parte das festividades de Cambé. Portanto a necessidade da inclusão desta Festa no Calendário Oficial de Eventos do Estado do Paraná, ao que solicito o apoio dos nobres parlamentares para sua aprovação.



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativa Presidente Aníbal khury
Gabinete Deputado Tercílio Turini



PARECER AO PROJETO DE LEI 94/2013

Projeto de Lei nº: 94/2013
Autor: Deputado Gilberto Martin

Súmula: Insere no Calendário Oficial de Eventos do Estado, a Festa das Nações, realizada anualmente em 11 de outubro, no Município de Cambé.

EMENTA: INSTITUI NO CALENDÁRIO OFICIAL DE EVENTOS DO ESTADO A FESTA DAS NAÇÕES. MUNICÍPIO DE CAMBÉ. POSSIBILIDADE. ART 215 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. ARTIGO 190 DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL. APROVAÇÃO. PARECER FAVORÁVEL .

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Estadual Gilberto Martin, tem por finalidade inserir no Calendário Oficial de Eventos a Festa das Nações, realizada anualmente em 11 de outubro, no Município de Cambé.



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativa Presidente Aníbal khury
Gabinete Deputado Tercílio Turini



FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, A, I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33-A – Cabe às comissões permanentes, observada a competência específica:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Corroborando com tal entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, senão vejamos:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Destarte, o artigo 124 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná dispõe que a iniciativa dos projetos de lei caberá a qualquer membro da Assembleia:

Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação. (grifo nosso)



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativa Presidente Aníbal khury
Gabinete Deputado Tercílio Turini



Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

A Constituição Federal dispõe em seu artigo 215, caput, que é de incumbência do Estado garantir, o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional a todos os seus cidadãos, buscando, de mesmo modo, o apoio e incentivo à valorização e difusão das manifestações culturais, senão vejamos:

Art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

Além disso, conforme abaixo se denota o objeto da ora proposição se amolda ao artigo 190 da Constituição do Estado do Paraná:

Art. 190. A cultura, direito de todos e manifestação da espiritualidade humana, deve ser estimulada, valorizada, defendida e preservada pelos Poderes Públicos, estadual e municipal, com a participação de todos os segmentos sociais, visando a realização dos valores essenciais da pessoa.

Desta forma, verificamos que além da competência para proposição, é de responsabilidade do poder público, com a participação da comunidade, promover e proteger o patrimônio cultural brasileiro.

Cabe salientar, ainda, que inexistem óbices legais ao disposto na Lei Complementar n.º 95/98.



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativa Presidente Aníbal khury
Gabinete Deputado Tercílio Turini

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **aprovação** do presente
Projeto de Lei, em virtude de sua **legalidade e constitucionalidade**.

Sala das Sessões em 16/07/13

Nelson Justus
NELSON JUSTUS
Presidente

Dep. Scavone

Tercílio Turini
TERCÍLIO TURINI
Relator

Dep. Carlos

Dep. Pastor

Dep. Laurion

Dep. Carmo

Dep. WRI

APROVADO

16/07/13

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
3ª Sessão Legislativa - 17ª Legislatura
2013



GABINETE PARLAMENTAR DO DEPUTADO PARANHOS

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 03 ABR 2013


1º Secretário

PROJETO DE LEI Nº. 110 / 2013

Declara de Utilidade Pública o CENTRO DE RECUPERAÇÃO CAMINHO DA VIDA, com sede e foro no município de Marechal Cândido Rondon.

Art. 1º Fica declarado de Utilidade Pública o CENTRO DE RECUPERAÇÃO CAMINHO DA VIDA, com sede e foro no município de Marechal Cândido Rondon.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 03 de abril de 2013.


PARANHOS
DEPUTADO ESTADUAL

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
3ª Sessão Legislativa - 17ª Legislatura
2013



GABINETE PARLAMENTAR DO DEPUTADO PARANHOS

PROJETO DE LEI Nº.

Declara de Utilidade Pública o CENTRO DE RECUPERAÇÃO CAMINHO DA VIDA, com sede e foro no município de Marechal Cândido Rondon

JUSTIFICATIVA

O CENTRO DE RECUPERAÇÃO CAMINHO DA VIDA consiste em uma entidade com fins sociais, com sede e foro no Município de Marechal Cândido Rondon, situada na Vila Curvado, s/nº, CEP 85960-000.

Trata-se de uma entidade beneficente de assistência social e filantrópica, sem fins lucrativos, sem nenhum caráter político partidário, religioso, racial, de forma que seus Dirigentes, Colaboradores, Conselheiros e Associados não possuem nenhuma forma de remuneração conforme constam nas certidões registradas em cartório, de acordo com a exigência da Lei.

Suas finalidades e objetivos são:

- I. A orientação e acompanhamento na formação e constituição da família, nos aspectos legais, culturais e religiosos;
- II. A identificação dos fatores que levam à degradação e a degeneração familiar;
- III. A recuperação dos desajustes e estruturas familiares, a nível material, social e espiritual;
- IV. A criação, manutenção, orientação e direção de obras de caridade tais como: consultórios, escritórios, casas de assistência, etc.

Para consecução de suas finalidades precípuas, o CENTRO DE RECUPERAÇÃO CAMINHO DA VIDA, proporcionará o seguinte:

- I. Ambulatório Médico e Clínica Dentária;
- II. Auxílios pecuniários para medicamentos, hospitais e funerais.

Não possui pendências judiciais e nem no Tribunal de Contas, conforme certidões em anexo.

Desta forma, propomos sua aprovação e pedimos o apoio dos demais parlamentares.

PARANHOS
DEPUTADO ESTADUAL



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 110/2013

Projeto de Lei nº. 110/2013
Autor: Deputado Paranhos

Súmula: Declara de Utilidade Pública o **CENTRO DE RECUPERAÇÃO CAMINHO DA VIDA**, com sede e foro no Município de Marechal Cândido Rondon.

EMENTA: DECLARAÇÃO UTILIDADE PÚBLICA – LEI Nº 16.888/2011 – REQUISITOS PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Paranhos tem por objetivo declarar de Utilidade Pública Estadual o **CENTRO DE RECUPERAÇÃO CAMINHO DA VIDA**, com sede e foro no Município de Marechal Cândido Rondon, Estado do Paraná.

FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições que disponham sobre:

g) declaração de utilidade pública de entidades civis.

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 16.888/2011, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Os principais requisitos foram devidamente preenchidos, quais sejam:

- a natureza de associação ou fundação sem fins lucrativos;
- a finalidade;
- a não remuneração de seus membros;
- a destinação do patrimônio em caso de dissolução a uma entidade congênere.

A natureza da presente instituição é de Associação Privada sem fins lucrativos, tendo como finalidade a assistência social, de acordo com o estatuto da entidade, cumprindo assim com os requisitos exigidos pelo artigo 1º, I e II, da Lei 16.888/2011, senão vejamos:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Art. 1º A declaração de utilidade pública somente será reconhecida por meio de lei, desde que atendidos os seguintes requisitos:

I – pessoa jurídica de direito privado na forma de associação ou fundação, constituída no Paraná ou que no âmbito do Estado exerçam suas atividades através de representações com sede no Estado;

II – que possua personalidade jurídica, nos termos do Código Civil Brasileiro, há mais de (1) um ano e que seus atos constitutivos demonstrem as áreas de atuação, sendo da assistência social, da educação, da pesquisa, da cultura, do esporte ou do meio ambiente.

Quanto a não remuneração de seus dirigentes e a destinação do patrimônio, também encontram-se devidamente reguladas pelo presente estatuto.

Cumprе ressaltar também que todos os demais documentos exigidos foram anexados ao presente projeto de lei.

Por fim, o projeto de lei em análise não encontra óbice na Lei Complementar nº 95/98, que dispõe sobre a elaboração legislativa.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



CONCLUSÃO

Assim, somos de parecer **FAVORÁVEL** à normal tramitação do projeto de lei em análise.

Sala das Comissões, 20 de agosto de 2013.

Alcides Quimbora
DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE

DEPUTADO FERNANDO SCANAVACA
RELATOR

Dep. Tadeu

Dep. Nereu
Dep. Turini
Dep. Henrique
Dep. Luciano
Dep. Pastor
Dep. Laurindo
Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativa Presidente Aníbal khury



LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D. L.

Em, 06 MAIO 2013

1º Secretário

Projeto de Lei nº 161/2013

Institui o Dia Estadual de
Conscientização do X-Frágil e a
Semana Estadual de Estudos e
Conscientização sobre a Síndrome do
X-Frágil.

Art. 1º Ficam instituídos o Dia Estadual de Conscientização do X-Frágil e a Semana Estadual de Estudos e Conscientização sobre a Síndrome do X-Frágil.

§ 1º O Dia Estadual de Conscientização do X-Frágil será comemorado anualmente no dia 14 de outubro.

§ 2º A Semana Estadual de Estudos e Conscientização sobre a Síndrome do X-Frágil será realizada anualmente, no período de 14 de outubro a 20 de outubro.

Art. 2º O Poder Executivo regulamentará a presente Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,


ALEXANDRE CURI
Deputado Estadual

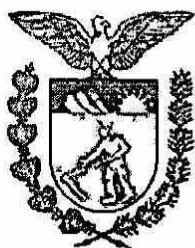
JUSTIFICATIVA

O presente projeto de lei visa, instituir o Dia Estadual de Conscientização do X-Frágil e a Semana Estadual de Estudos e Conscientização sobre a Síndrome do X-Frágil.

A Síndrome do X Frágil compromete o gene FMR1 (do inglês Fragile Mental Retardation), causando um desequilíbrio mental. O gene integra o cromossomo X e é responsável pela produção da proteína FMRP (Fragile Mental Retardation Protein), necessária para o funcionamento de várias funções do cérebro, como a intelectual, sensorial, a memória, a fala, cálculo e comportamento. Essa proteína é essencial para a boa ligação entre os neurotransmissores no cérebro. A ocorrência é de um caso em cada dois mil meninos e um em cada quatro mil meninas. O X Frágil é a segunda Síndrome cromossômica mais freqüente após a Síndrome de Down. Os sinais e sintomas da Síndrome do X Frágil são semelhantes a outros casos de atrasos e distúrbios gerais de desenvolvimento, como o autismo, por exemplo, por isso necessitam de confirmação através de exame genético com técnicas especiais.

As pessoas portadoras da Síndrome podem apresentar retardo mental e motor, hiperatividade, déficit de atenção, dificuldade de contato físico com outras pessoas, morder as mãos (a ponto de causar ferimentos), dificuldade de olhar para a pessoa com quem fala, repetir informações e as confundir, orelhas proeminentes e apresentar histórico de retardo mental na família, sem diagnóstico preciso. Na fase escolar, demonstram distúrbios no aprendizado, dificuldade na leitura, interpretação, escrita e cálculos. Não existe cura para a Síndrome do X Frágil, mas muitos experimentos terapêuticos e sócioeducacionais têm sido realizados com êxito, auxiliando o indivíduo a conquistar um bom convívio familiar, escolar e social.

Sendo assim contamos com o apoio dos Nobres Pares para aprovação da presente propositura.



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativa Presidente Aníbal khury
Gabinete Deputado Tercílio Turini



PARECER AO PROJETO DE LEI 161/2013

Projeto de Lei nº. 161/2013
Autor: Deputado Alexandre Curi

Súmula: Institui o dia Estadual de Conscientização do X-Frágil e a semana Estadual de estudos e conscientização sobre a Síndrome do X- Frágil.

EMENTA: INSTITUI NO CALENDÁRIO OFICIAL DE EVENTOS DO ESTADO O DIA ESTADUAL DE CONSCIENTIZAÇÃO DO X- FRÁGIL E A SEMANA ESTADUAL DE ESTUDOS E CONSCIENTIZAÇÃO SOBRE A SÍNDROME DO X- FRÁGIL. POSSIBILIDADE. ART 215 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. ARTIGO 165 DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL. APROVAÇÃO. PARECER FAVORÁVEL NA FORMA DA EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL EM ANEXO.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Estadual Alexandre Curi, tem por finalidade instituir no Calendário Oficial de Eventos o dia Estadual de conscientização do X- Frágil, todo dia 14 de Outubro de cada ano, e a semana Estadual de estudos e conscientização sobre a síndrome do X- Frágil, que será realizada anualmente, no período de 14 a 20 de outubro.



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativa Presidente Aníbal khury
Gabinete Deputado Tercílio Turini



FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, A, I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33-A – Cabe às comissões permanentes, observada a competência específica:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Corroborando com tal entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, senão vejamos:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Destarte, o artigo 124 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná dispõe que a iniciativa dos projetos de lei caberá a qualquer membro da Assembleia:

Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação. (grifo nosso)



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativa Presidente Aníbal khury
Gabinete Deputado Tercílio Turini



Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

A Constituição Federal dispõe em seu artigo 215, caput, que é de incumbência do Estado garantir, o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional a todos os seus cidadãos, buscando, de mesmo modo, o apoio e incentivo à valorização e difusão das manifestações culturais, senão vejamos:

Art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

Além disso, conforme abaixo se denota o objeto da ora proposição se amolda ao artigo 165 do mesmo diploma legal:

Art. 165. O Estado, em ação conjunta e integrada com a União, Municípios e a sociedade, tem o dever de assegurar os direitos relativos à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à capacitação para o trabalho, à cultura e de cuidar da proteção especial da família, da mulher, da criança, do adolescente, do idoso e do índio.

Contudo, no que tange a técnica legislativa empregada na ora proposição, a mesma deverá ser substituída para que tanto os conteúdos, quanto a forma, expressem a vontade do legislador, impedindo quaisquer distorções.

Nesse sentido, o Regimento Interno, em seu art. 137, §2º, prevê a possibilidade em se oferecer emendas ao projeto de lei, classificando-se como substitutiva aquela proposição apresentada como sucedânea de outra.



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativa Presidente Aníbal Khury
Gabinete Deputado Tercílio Turini



Art. 137. As emendas são supressivas, substitutivas, aditivas ou modificativas.

§ 2º Emenda substitutiva é a proposição apresentada como sucedânea de outra. Denomina-se substitutivo quando abrange o seu conjunto.

Assim, verifica-se que a presente emenda está perfeitamente coerente com os ditames constitucionais não encontrando nenhum empecilho para prosperar.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, com o propósito de aplicar melhor técnica legislativa, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente projeto na forma da **Emenda Substitutiva Geral** em anexo, proposta por esta Comissão.

Sala das Sessões em 09/03/12

NELSON JUSTUS
Presidente

TERCÍLIO TURINI
Relator

Dep. Carlos

Dep. Aníbal

Dep. Armando Carlos

Dep. Acirio

Dep. Sampaio

Dep. Hermes
APROVADO

09/03/12



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativa Presidente Aníbal khury
Gabinete Deputado Tercílio Turini



EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL AO PROJETO DE LEI N. 161/2013

De acordo com o que determina o artigo 137, §2º do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, o Projeto de Lei no 161/2013, passa a contar com a seguinte redação:


Súmula: Institui o dia Estadual de Conscientização do X-Frágil, a ser comemorado no dia 22 de Outubro e a Semana Estadual de Estudos e Conscientização sobre a Síndrome do X-Frágil, que será realizada no período de 22 a 28 de outubro.

Art. 1º - Fica instituído, no âmbito do Estado do Paraná, o Dia Estadual de Conscientização do X-Frágil, a ser comemorado, anualmente, no dia 22 de Outubro e a Semana Estadual de Estudos e Conscientização sobre a Síndrome do X- Frágil, que será realizada no período de 22 a 28 de outubro, também em caráter anual.

Art. 2º - As datas instituídas por essa Lei passam a integrar o Calendário Oficial de Eventos do Estado do Paraná.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões em 09/02/12.


NELSON JUSTUS
Presidente


TERCÍLIO TURINI
Relator


ALEXANDRE CURÍ
Deputado Estadual

APROVADO

09/02/12



PROJETO DE LEI 239 /2013

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO A D. L.
Em, 10 JUN. 2013
Rafagnin
1º Secretário

Súmula: Institui o dia 07 de Agosto como dia Estadual da Igualdade, Dignidade e Defesa da Mulher no Estado do Paraná.

Art. 1º – Fica instituído o “Dia Estadual da Igualdade, Dignidade e Defesa da Mulher no Estado do Paraná” a ser celebrado, anualmente, em 07 de Agosto.

Art. 2º – O “Dia Estadual da Igualdade, Dignidade e Defesa da Mulher no Estado do Paraná” (ficará sob a responsabilidade da Secretaria de Estado da Secretaria da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos e) fará parte do calendário anual de realizações da mesma.

15:59 10/06/2013 005159 DEP ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



Art. 3º – Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 10 de junho de 2013.


LUCIANA RAFAGNIN
Deputada Estadual

Gabinete da Deputada Luciana Rafagnin

Praça Nossa Senhora da Saleta, s/nº - Gabinete 804 - Centro Cívico - Curitiba - PR - CEP 80530-911
Tel / Fax (41) 3350-4087 / 3350-4249 / 3252-4314 - e-mail: rafagnin@pr.gov.br - Site: www.lucianapt.org



JUSTIFICATIVA

No dia 07 de Agosto de 2006, foi sancionada pelo Presidente Lula a Lei 11.340, batizada como “Lei Maria da Penha”, fruto de um Projeto de Lei amplamente discutido dentro da Câmara dos Deputados. Com uma grande mobilização com vários setores da sociedade, a fim de oferecer ao País uma Lei que protegesse a mulher das agressões, no âmbito familiar, e acabasse com a impunidade.

Estabelecer o dia 07 de Agosto, como dia de mobilização, em nosso Estado servirá para promover o debate dos mais variados setores de nossa sociedade em torno da luta pela dignidade humana e pela justiça social.

Não basta, porém, redigir leis: é preciso divulgá-las para que cheguem ao conhecimento do público e se transformem, assim, em instrumentos de cidadania a que todos têm direito.

De acordo com levantamento do Ministério da Saúde, o Brasil registrou, em 2010, 52.260 homicídios de mulheres; 72% dos casos ocorrem dentro de casa, cujo principal agressor foi o marido, companheiro, ou ex-companheiro. O estudo também registrou, no mesmo ano, 70.285 atendimentos de mulheres vítimas de violência nas unidades de saúde. Em 30 anos, 92.100 mortes de mulheres, quase a metade na última década.



Sabe-se que as mulheres são as principais vítimas da violência doméstica e de crimes sexuais, e hoje em dia mostra-se na mídia que as **mulheres e meninas também são os alvos preferenciais de traficantes de seres humanos**. De acordo com um estudo divulgado recentemente pelo Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC), de cada 100 pessoas que caíram nas mãos desse tipo de criminoso, 76 eram do sexo feminino. **Entre 2007 e 2010, foram registrados oficialmente 43 mil casos de tráfico humano no mundo.**

Cerca de 60% das vítimas acabam exploradas sexualmente. Outra parcela significativa – entre 31% e 36% – é usada para trabalho escravo. **O levantamento da ONU ainda mostra que a proporção de meninas vem crescendo nos últimos anos.** De cada três crianças traficadas no mundo atualmente, duas são sexo feminino. A realidade brasileira ainda é pouco conhecida, portanto merece ser olhada com melhores olhos pela sociedade.

O Paraná segundo o mapa da violência de 2012 apresenta o terceiro maior índice de homicídios femininos entre os estados do país, com a taxa de 6,4 assassinatos a cada 100 mil mulheres.

Por estas razões, apresentamos este projeto de lei e temos a certeza de que poderemos contar com o apoio de nossos ilustres pares nesta Casa de Leis para sua aprovação.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



Sala das Sessões, 10 de junho de 2013.


LUCIANA RAFAGNIN
Deputada Estadual

Gabinete da Deputada Luciana Rafagnin

Praça Nossa Senhora da Salette, s/n° - Gabinete 804 - Centro Cívico - Curitiba - PR - CEP 80530-911
Tel / Fax (41) 3350-4087 / 3350-4249 / 3252-4314 - e-mail: rafagnin@pr.gov.br - Site: www.lucianapt.org



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI 239/2013

Projeto de Lei nº. 239/2013

Autor: Deputada Luciana Rafagnin.

Súmula: Institui o dia 07 de Agosto como dia Estadual da Igualdade, Dignidade e Defesa da Mulher no Estado do Paraná.

EMENTA: INSTITUI NO CALENDÁRIO OFICIAL DE EVENTOS DO ESTADO O DIA ESTADUAL DA IGUALDADE, DIGNIDADE E DEFESA DA MULHER NO ESTADO DO PARANÁ. POSSIBILIDADE. ART 215 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. ARTIGO 165 DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL. APROVAÇÃO. PARECER FAVORÁVEL NA FORMA DA EMENDA MODIFICATIVA EM ANEXO.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria da Deputada Estadual Luciana Rafagnin, tem por finalidade instituir no Calendário Oficial de Eventos do Estado o dia Estadual da Igualdade, Dignidade e Defesa da Mulher no Estado do Paraná.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, A, I do REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33-A – Cabe às comissões permanentes, observada a competência específica:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Corroborando com tal entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, senão vejamos:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça.



Destarte, o artigo 124 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná dispõe que a iniciativa dos projetos de lei caberá a qualquer membro da Assembleia:

Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação. (grifo nosso)

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

A **CONSTITUIÇÃO FEDERAL** dispõe em seu artigo 215, caput, que é de incumbência do Estado garantir, o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional a todos os seus cidadãos, buscando, de mesmo modo, o apoio e incentivo à valorização e difusão das manifestações culturais, senão vejamos:

Art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



Além disso, conforme abaixo se denota o objeto da ora proposição se amolda ao artigo 165 do mesmo diploma legal:

Art. 165. O Estado, em ação conjunta e integrada com a União, Municípios e a sociedade, tem o dever de assegurar os direitos relativos à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à capacitação para o trabalho, à cultura e de cuidar da proteção especial da família, da mulher, da criança, do adolescente, do idoso e do índio.

No entanto o artigo 2º dá atribuições ao Poder Executivo, que é vedado pela Constituição Federal. Em sendo assim, o mesmo deverá ser modificado, para que tanto os conteúdos, quanto a forma, expressem a vontade do legislador, impedindo quaisquer distorções, haja visto que o Poder Legislativo jamais poderá impor qualquer atribuição ao Poder Executivo.

Nesse sentido, o Regimento Interno, em seu art. 137, 4º §º, prevê a possibilidade em se oferecer emendas ao projeto de lei, classificando-se como modificativa aquela proposição apresentada que altera outra, mas não descaracteriza sua essência.

Art. 137. As emendas são supressivas, substitutivas, aditivas ou modificativas.

§ 4º Emenda modificativa é a proposição que altera outra mas não descaracteriza sua essência.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



Assim, verifica-se que a presente emenda está perfeitamente coerente com os ditames constitucionais não encontrando nenhum empecilho para prosperar.

Por fim, quanto à técnica legislativa, inexistem óbices ao disposto pela LEI COMPLEMENTAR Nº 95/98.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, com o propósito de aplicar melhor técnica legislativa, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente projeto na forma da Emenda Modificativa em anexo, proposta por esta Comissão.

Sala das Comissões, 06 de agosto de 2013.


DEPUTADO NELSON JUSTUS

PRESIDENTE

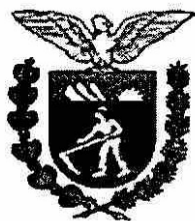

DEPUTADO NEREU MOURA

RELATOR


APROVADO


Praça Nossa Senhora da Salette s/nº Centro Cívico - Curitiba - Paraná

06/08/13



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO 239/2013

De acordo com o que determina o artigo 137, §4º do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, fica modificado o artigo 2º do Projeto de Lei nº 239/2013, passando a contar com a seguinte redação:

Súmula: Institui o dia 07 de Agosto como dia Estadual da Igualdade, Dignidade e Defesa da Mulher no Estado do Paraná.

Art. 1º - Fica instituído o "Dia Estadual da Igualdade, Dignidade e Defesa da Mulher no Estado do Paraná" a ser celebrado, anualmente, em 07 de Agosto.

Art. 2º - A data instituída no art. 1º passa a integrar o Calendário Oficial de Eventos do Estado do Paraná.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 06 agosto de 2013.

DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE

DEPUTADO NEREU MOURA
RELATOR

APROVADO

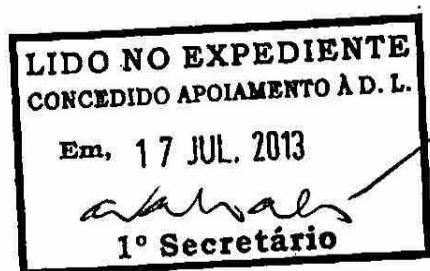
06/08/13

Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



Projeto de Lei Nº 312/13

Súmula: Declara de Utilidade Pública a Associação Esportiva Montreal, com sede e foro no Município de Curitiba.

Art. 1º - Fica declarada Utilidade Pública a Associação Esportiva Montreal, com sede e foro no Município de Curitiba.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões 08 de Julho de 2013.

Teruo Kato
Deputado Estadual - PMDB



Justificativa:

A Associação em tela desenvolve um projeto socioesportivo com crianças da comunidade do Xaxim.

As famílias em geral, naquela região são bastante carentes, e a Associação esportiva Montreal promove uma interação, tirando as crianças da rua nos contra turnos e levando-as a pratica esportiva, inculindo lhes conceitos como espírito de equipe, disciplina e organização.

Junto às famílias promove palestras e cursos visando auxiliá-las no seu cotidiano, como o trabalho quem vem sendo desenvolvido na área de prevenção contra enchentes.

Organiza eventos esportivos da comunidade na Escola Municipal Paranaíba em parceria com a SMELJ/FAZ.

Enfim, trata-se de uma associação muito ativa e necessária para sua comunidade, desenvolvendo trabalho expressivo principalmente junto as crianças.

Assim, peço apoio dos meus nobres pares.

Teruo Kato
Deputado Estadual - PMDB



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 312/2013

Projeto de Lei nº. 312/2013
Autor: Deputado Teruo Kato

Súmula: Declara de Utilidade Pública a **ASSOCIAÇÃO ESPORTIVA MONTREAL**, com sede e foro no Município de Curitiba.

EMENTA: DECLARAÇÃO UTILIDADE PÚBLICA – LEI Nº 16.888/2011 – REQUISITOS PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Teruo Kato tem por objetivo declarar de Utilidade Pública Estadual a **ASSOCIAÇÃO ESPORTIVA MONTREAL**, com sede e foro no Município de Curitiba, Estado do Paraná.

FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições que disponham sobre:

g) declaração de utilidade pública de entidades civis.

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 16.888/2011, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Os principais requisitos foram devidamente preenchidos, quais sejam:

- a natureza de associação ou fundação sem fins lucrativos;
- a finalidade;
- a não remuneração de seus membros;
- a destinação do patrimônio em caso de dissolução a uma entidade congênere.

A natureza da presente instituição é de Associação Privada sem fins lucrativos, de acordo com o estatuto da entidade, cumprindo assim com os requisitos exigidos pelo artigo 1º, I e II, da Lei 16.888/2011, senão vejamos:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Art. 1º A declaração de utilidade pública somente será reconhecida por meio de lei, desde que atendidos os seguintes requisitos:

I – pessoa jurídica de direito privado na forma de associação ou fundação, constituída no Paraná ou que no âmbito do Estado exerçam suas atividades através de representações com sede no Estado;

II – que possua personalidade jurídica, nos termos do Código Civil Brasileiro, há mais de (1) um ano e que seus atos constitutivos demonstrem as áreas de atuação, sendo da assistência social, da educação, da pesquisa, da cultura, do esporte ou do meio ambiente.

Quanto a não remuneração de seus dirigentes e a destinação do patrimônio, também encontram-se devidamente reguladas pelo presente estatuto.

Cumprе ressaltar também que todos os demais documentos exigidos foram anexados ao presente projeto de lei.

Por fim, o projeto de lei em análise não encontra óbice na Lei Complementar nº 95/98, que dispõe sobre a elaboração legislativa.



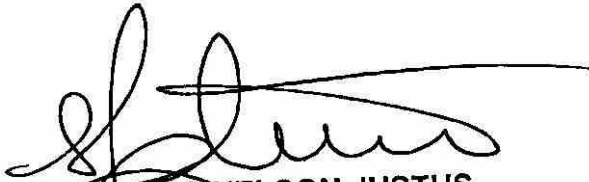
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



CONCLUSÃO

Assim, somos de parecer **FAVORÁVEL** à normal tramitação do projeto de lei em análise.

Sala das Comissões, 06 de agosto de 2013.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO FERNANDO SCANAVACCA
RELATOR







APROVADO

06/08/13

~~ANTE~~ PROJETO DE LEI Nº 360/13

Súmula: Autoriza o Poder Executivo a efetuar a cessão de uso do imóvel que especifica ao Município de Campo Largo.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

decretou e eu sanciono a seguinte lei:

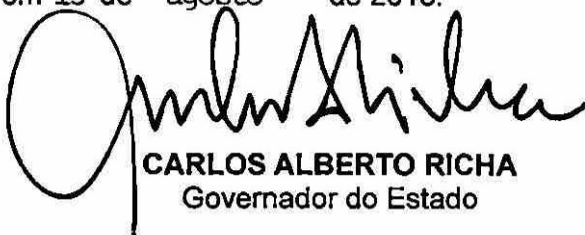
Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a efetuar a cessão de uso, ao Município de Campo Largo, do imóvel denominado "Moinho do Mate", com área superficial de 302.481,00 m², descrito nas Matrículas nºs 9.455 e 20.661, registradas no Cartório de Registro da Comarca de Imóveis de Campo Largo.

Art. 2º O imóvel em questão, que fica gravado com a cláusula de inalienabilidade, será usado para desenvolvimento de atividades culturais e turísticas, retornando ao patrimônio do Estado em caso de destinação diversa.

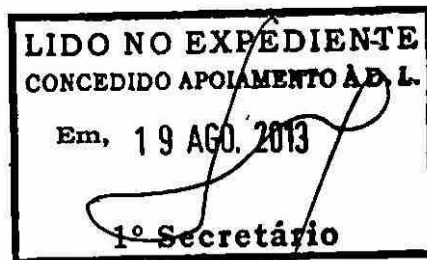
Art. 3º A presente cessão terá vigência de cinco anos, podendo ser prorrogada por igual período mediante acordo entre as partes.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Governo, em 13 de agosto de 2013.



CARLOS ALBERTO RICHÁ
Governador do Estado



MENSAGEM

Nº 080 /2013

Curitiba, 13 de agosto de 2013.

I – À DAP para leitura no expediente.

II – À DL para providências.

Em 15/08/2013

Senhor Presidente,

Presidente

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa, Anteprojeto de Lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a efetuar a cessão de uso, ao Município de Campo Largo, do imóvel denominado "Moinho do Mate", com área superficial de 302.481,00 m², descrito nas Matrículas nºs 9.455 e 20.661, registradas no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Campo Largo.

A presente proposta atende plenamente ao interesse público, eis que aquele Município utilizará o referido imóvel exclusivamente para o desenvolvimento de atividades culturais e turísticas.

É importante mencionar que no texto do Anteprojeto de Lei constam dispositivos expressos no sentido de que o imóvel em referência ficará gravado com cláusula de inalienabilidade, que será usado exclusivamente para o fim previsto, que retornará ao patrimônio do Estado do Paraná em caso de destinação diversa e que a referida cessão terá vigência de cinco anos, podendo ser prorrogada por igual período mediante acordo entre as partes.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.


CARLOS ALBERTO RICHIA

Governador do Estado

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
N/CAPITAL

AJB/Prot. 11.876.183-9



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Gabinete do Deputado Bernardo Carli



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 360/2013

Projeto de Lei nº 360/2013

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº. 80/2013

Súmula: Autoriza o Poder Executivo a efetuar a Cessão de Uso do imóvel que específica ao Município de Campo Largo.

EMENTA: CESSÃO DE USO DE IMÓVEL AO MUNICÍPIO DE CAMPO LARGO. POSSIBILIDADE. INICIATIVA PRIVATIVA DO PODER EXECUTIVO. ARTIGOS 10 E 65 DA CE. ARTIGO 17 DA LEI 8.666/93. CONSTITUCIONAL. POSSIBILIDADE. LEGITIMIDADE AFERIDA. PARECER PELA APROVAÇÃO

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, através da Mensagem nº 80/2013, visa efetuar a Cessão de Uso ao Município de Campo Largo de uma área de 302.481,00 m², constante nas Matrículas nº 9.455 e 20.661, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Campo Largo, de propriedade do Estado do Paraná.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Gabinete do Deputado Bernardo Carli



FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-Aº, I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33-A: Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Ademais, verifica-se que o chefe do Poder Executivo detém a competência necessária para apresentar o Projeto de Lei ora em tela, conforme aduz o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação. (Grifo nosso)
Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Corroborando deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, observe-se:

Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Gabinete do Deputado Bernardo Carli



Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Ressalte-se que o projeto de lei está ainda em conformidade com o que estabelece o artigo 10 da Constituição Estadual:

Art. 10. Os bens imóveis do Estado não podem ser objeto de doação ou de utilização gratuita, salvo, e mediante lei, se o beneficiário for pessoa jurídica de direito público interno, órgão ou fundação de sua administração indireta ou entidade de assistência social sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública, ou para fins de assentamentos de caráter social.

Ademais o Art. 17, I, "b" da lei n. 8.666/93, preceitua:

Art. 17. A alienação de bens da Administração Pública, subordinada à existência de interesse público devidamente justificado, será precedida de avaliação e obedecerá às seguintes normas:

§ 2º A Administração também poderá conceder título de propriedade ou de direito real de uso de imóveis, dispensada licitação, quando o uso destinar-se: (Redação dada pela Lei nº 11.196, de 2005).



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Gabinete do Deputado Bernardo Carli



I - a outro órgão ou entidade da Administração Pública, qualquer que seja a localização do imóvel.

Vislumbra-se, portanto, que o Chefe do Poder Executivo detém a competência necessária para propor o Projeto de Lei ora em tela.

Ademais, verifica-se presente da cláusula de inalienabilidade, possibilitando o retorno do mesmo ao patrimônio do Estado em caso de destinação diversa, conforme artigo 2º da referida Lei.

Por fim, no que tange às normas de elaboração normativa, previstas na Lei Complementar 95/98, o presente projeto encontra-se revestido de legalidade.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE** e **LEGALIDADE**, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 20 de agosto de 2013.

DEPUTADO NELSON JUSTUS
Presidente

DEPUTADO BERNARDO CARLI
Relator

Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

APROVADO

Indivim 29/08/13



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Gabinete do Deputado Péricles de Mello
Comissão de Cultura



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 360/2013

Autor: Poder Executivo
Relator: Deputado Rasca Rodrigues

Súmula: "Autoriza o Poder Executivo a Efetuar a Cessão de Uso do Imóvel que Especifica ao Município de Campo Largo"

I – SÍNTESE FÁTICA

O Projeto de Lei em questão objetiva a autorização de cessão de uso, ao município de Campo Largo, do imóvel denominado "Moinho do Mate".

Após análise feita pela Comissão de Constituição e Justiça, com a relatoria do ilustre Deputado Bernardo Carli, o Projeto em questão foi aprovado ante a ausência de quaisquer vícios de ordem constitucional ou legal.

Desse modo, o projeto foi encaminhado para a análise desta Comissão de Cultura acerca do mérito, merecendo aprovação também nesta comissão, consoante se passará a demonstrar.

II – MÉRITO

O imóvel denominado "Moinho do Mate" que é objeto de cessão de uso no presente projeto, foi construído em 1806 pelo Coronel Carlos José de Oliveira e servia para beneficiar erva, até que em 1894 foi adquirido pelo imigrante italiano Pedro Paulo Marchiorato, que realizou alterações radicais nos equipamentos, passando de engenho a moinho de cereais. Em 1968 o Engenho da Rondinha foi tombado pelo Patrimônio do Estado e em 1985 pelo Patrimônio Nacional, hoje o espaço é utilizado para desenvolvimento de atividades culturais e artísticas.

A preservação e difusão da Cultura é direito garantido pela Carta Magna, conforme evidencia o art. 215 do texto Constitucional, *in verbis*:

Art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais

9



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Gabinete do Deputado Péricles de Mello



Nesse contexto, a concretização do projeto de lei, em análise, garantirá um local para manifestação de atividades que propiciarão a preservação de um patrimônio histórico e cultural.

Com isto, o projeto, objeto de análise desta Comissão de Cultura, merece aprovação com congratulações, na medida em que auxilia diretamente na concretização das diretrizes previstas na Lei Fundamental, por simbolizar o apoio e valorização das manifestações culturais de um povo.


III – CONCLUSÃO

Pelo exposto acima, o parecer deste relator opina pela aprovação do presente Projeto de Lei, posto que, o que estabelece, está em absoluta consonância com o ordenamento jurídico brasileiro e paranaense.

Curitiba, 09 de setembro de 2013.


DEPUTADO PÉRICLES DE HOLLEBEN MELLO
PRESIDENTE


DEPUTADO RASCA RODRIGUES
RELATOR


DEPUTADO TERUO KATO
MEMBRO


DEPUTADO BERNARDO CARLI
MEMBRO


DEPUTADO CAIO QUINTANA
MEMBRO


DEPUTADO WILSON QUINTERO
MEMBRO


DEPUTADO PEDRO LUPION
MEMBRO



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação

Presidente: Deputado Francisco Buhner; Vice-Presidente: Deputado Tercílio Turini
Deputado Adelino Ribeiro; Elton Welter; Deputado Jonas Guimarães;
Deputado Pastor Edson Praczyk; Deputado Teruo Kato.



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 360/2013

Projeto de Lei nº 360/2013

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº 080/2013

Súmula: Autoriza o Poder Executivo a efetuar a cessão de uso do imóvel que especifica ao Município de Campo Largo.

I – PREÂMBULO

O presente **Projeto de Lei 360/2013**, de autoria do Poder Executivo, através da **mensagem 080/2013**, objetiva efetuar a cessão de uso do imóvel que especifica, ao Município de Campo Largo no Estado do Paraná, para fins de utilização da Administração Pública Municipal, da área constituída de 302.481,00 m², descrito nas Matrículas nºs 9.455 e 20.661, registradas no Cartório de Registro da Comarca de Imóveis de Campo Largo-PR.

II - RELATÓRIO

Em conformidade com o art. 33-F, c/c com os arts. 42 e 50, II, do Regimento Interno desta Casa de Leis, fui designado relator da matéria tratada no **Projeto de Lei nº 360/2013**, no qual passo a relatar:

No que tange a matéria apresentada, passo a analisar o seu mérito voltado ao interesse público meramente justificado, já que o projeto objetiva beneficiar o município de Campo Largo no Estado do Paraná, com a cessão de uso de um imóvel destinado exclusivamente ao Serviço Público Municipal. A área a ser cedida será utilizada especificamente para o desenvolvimento de atividades culturais e programas voltados para o crescimento turístico na região, o investimento em uma área como esta, atende diretamente aos interesses dos moradores e preza por um fortalecimento regionalizado em busca da realização e ampliação de ações de melhoria da qualidade de vida da população. Este será um investimento por intermédio da Prefeitura Municipal e Governo do Estado, que fortalecerá de forma direta o crescimento no município, sem que para isso haja interrupção ou limitação de qualquer atividade já desenvolvida.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação

Presidente: Deputado Francisco Buhner; Vice-Presidente: Deputado Tercílio Turini
Deputado Adelino Ribeiro; Elton Welter; Deputado Jonas Guimarães;
Deputado Pastor Edson Praczyk; Deputado Teruo Kato.



Cumpra a nós destacar que *"Compete à Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação, manifestar-se sobre as proposições relativas a obras públicas, seu gozo, interrupção e alteração de empreendimentos públicos; concessão de serviços públicos; sobre trânsito e transporte; e, sobre comunicação em geral"*, nos termos do disposto no Art. 33 F, § 7º do Regimento Interno desta Casa de Leis.

Ao analisarmos o mérito da matéria em questão, destacamos a importância desta proposição. O Projeto de Lei 360/2013 em análise nesta Comissão, no que justifica-se, apresenta um mérito indiscutível em seu peso, evidenciada pelo Poder Executivo através da Mensagem 080/2013 que vem de encontro ao interesse e a necessidade comum meramente justificada, conforme cita a Lei Estadual 15.608/07 no que diz respeito à alienação de bens da Administração Pública Estadual:

Art. 6º A alienação de bens da Administração Pública Estadual subordina-se à:

I Existência de interesse público devidamente justificado;

(...)

(Artigos 6º e 8º da Lei Estadual nº 15.608/07)

Lembrando que este imóvel poderá retornar ao patrimônio do Estado em caso de destinação diversa, ficando claro que sua destinação será de uso exclusivo ao bem comum de forma específica e devidamente justificada.

III – CONCLUSÕES

Baseando-se no artigo 12º da Constituição Estadual, no que se refere à Competência do Estado, concluo relevando o Parágrafo único neste embasamento, no que cita a relação do Estado com os Municípios em razão ao bem comum: *"A cooperação entre o Estado, a União e os Municípios será definida em lei complementar e visará ao equilíbrio do desenvolvimento e do bem estar no âmbito estadual e municipal"*. (Art. 12º, Parágrafo Único, Seção II da Competência do Estado - Constituição do Estado do Paraná).

A Carta magna dispõe em conjunto com a Constituição do Estado do Paraná ao tratar sua competência de forma a trabalhar claramente a qualidade de vida e a



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação

Presidente: Deputado Francisco Buhner; Vice-Presidente: Deputado Tercílio Turini
Deputado Adelino Ribeiro; Elton Welter; Deputado Jonas Guimarães;
Deputado Pastor Edson Praczyk; Deputado Teruo Kato.



busca de mecanismos que beneficiem a população. Desta forma, o **Projeto de Lei 360/2013**, no que justifica-se, evidencia de forma clara o mérito proposto ao vir de encontro ao interesse de toda a população, restando assim grandes benefícios em sua composição para ser aprovado por esta Comissão.

IV – VOTO DO RELATOR

Diante das exposições realizadas neste parecer e pelos benefícios ora relacionados à matéria, não vislumbra-se qualquer impedimento no que se refere aos aspectos legais e constitucionais analisados pela CCJ, nem mesmo quanto ao mérito honroso desta matéria em análise por esta Comissão, ficando evidente que tal proposição encontra fortes respaldos para ser aprovado em razão de seus benefícios ao Município de Campo Largo, merecendo de forma indiscutível total apoio desta Comissão.

Sendo o posto e em virtude da manifestação positiva em seu mérito analisado, esta Comissão opta pelo **Parecer Favorável** ao referido **Projeto de Lei 360/2013**, em sua forma apresentada.

Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação.
Sala das Comissões em 11 de setembro de 2013.

Francisco Buhner
FRANCISCO BUHRER
Presidente da Comissão

Jonas Guimarães
JONAS GUIMARÃES
Relator

Adelino Ribeiro

Tercílio Turini

Elton Welter

Pastor Edson Praczyk

Teruo Kato